



6
[Handwritten signatures]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

-----Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa** José Manuel Martins Ribeiro que, começou por informar que pediram a sua substituição, para esta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, pela Secretária da Junta, Maria de Fátima Monteiro pediram, ainda, a sua substituição os seguintes membros: Joaquim Magalhães, Artur Filipe Brandão Campos Aguiar, Sandra Maria Oliveira Pereira, António Pedro Fernandes Lopes Gomes, Ana Luísa Castro Lopes, José Mário Ribeiro Silva, todos do Partido Socialista e Maria Manuel de Freitas Gonçalves do Partido Social Democrata. Anunciou, ainda, os pedidos de suspensão de mandato pelo período de trinta e um e trinta dias, respetivamente, Carlos José Santos Cunha, do Partido Socialista e António Jorge Macedo Pimentel, do Partido Social Democrata. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos requerimentos, foram os mesmos postos à votação, sendo aprovados por unanimidade. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum, com a presença de cinquenta e um membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e vinte minutos e, face à ausência de dois membros da mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente propôs a sua eleição, para esta sessão, de entre os membros conforme determina a lei e o regimento. Foi apresentada uma proposta subscrita pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” e pelo Partido Social Democrata a qual propunha como **Primeiro Secretário, Francisco José Gonçalves Pinto** e para **Segundo Secretário Vera Alexandra Mendes Soares**. Efetuada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se a seguinte votação: vinte e oito votos a favor, sete votos contra e cinco votos brancos. Após esta votação, e em resultado dela, foram eleitos os membros propostos que tomaram assento de imediato na Mesa da Assembleia Municipal. -----

-----Entrou-se no **Período de Antes da Ordem do Dia** começando o Presidente da Mesa por colocar à votação a aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro tendo sido aprovada, por maioria, com três abstenções. Colocou, ainda, à votação a ata da sessão extraordinária de 15 de outubro tendo, a mesma, sido aprovada, por



g
think
JB.

unanimidade. De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente existente, que ficou à disposição de todos os membros da Assembleia.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **José Manuel Ribeiro Cardoso, eleito pela lista “Unidos a Fafe” - PSD/CDS-PP**, para apresentar uma proposta de recomendação de atribuição de medalha de Ouro Concelhio à Academia de Música José Atalaya que festejou o seu vigésimo aniversário.-----

-----De seguida usou da palavra **Palmira Teresa Moreira Dias, eleita pelo Partido Socialista**, para apresentar uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento de Gérald Bloncourt, e seis propostas de atribuição de Voto de Louvor, a saber: Proposta de recomendação para atribuição de Medalha de Ouro de Mérito Concelhio à Academia de Música José Atalaya, pelo contributo cultural e musical dado ao longo dos últimos 20 anos; Voto de louvor aos músicos Luís Freitas da Cruz, aluno da Academia José Atalaya e José Pedro Pereira, da Banda de Revelhe, pelos resultados alcançados no Concurso Nacional de Jovens Músicos; Voto de Louvor à Sociedade Artística Fafense - Banda de Golães, pelos resultados alcançados no Concurso de Bandas de Braga; Voto de Louvor à Seleção Portuguesa de Futsal de Síndrome de Down, e ao atleta Fafense Luís Gonçalves e à CERCIFAF por ter alcançado o título de Campeã Europeu; Voto de Louvor à Doutora Laurinda Leite, que foi nomeada Vice-Reitora da Universidade do Minho; Voto de Louvor às atletas Helena Nunes, Telma Pereira, Marta Teixeira e Carina Luís do Nun'Alvares/IESFafe, pela conquista da medalha de ouro ao serviço da Seleção Nacional Feminino Sub-19, nos jogos Olímpicos da Juventude. Finalizou a sua intervenção parabenizando o Presidente da Câmara pela coragem de encerrar a Via Circular apesar de haver muitas opiniões contra o fecho.-----

-----Usou da palavra **Maria de Fátima Pereira Caldeira, eleita pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”** para dizer que gostaria de acrescentar mais um Voto de Louvor e de Congratulação ao Teatro Vitrine que, nestes 20 anos de existência muito tem contribuído para o prestígio e divulgação do teatro de qualidade que se faz em Fafe. Aproveitou, também, a sua intervenção para questionar, o Presidente da Câmara, acerca do abastecimento de água, face à aproximação da data do termo do contrato de concessão com a Indáqua, que lembrou que ocorrerá em junho de dois mil e vinte um, e que o Senhor Presidente afirmou, publicamente, na entrevista do passado dia nove



64
B.

de novembro, ao Notícias de Fafe, que poderiam existir quatro soluções relativas a este assunto. E, que uma delas seria a Municipalização dos serviços, assumindo a Câmara a gestão; uma outra seria a prorrogação do contrato com a Indáqua, por mais cinco anos, uma vez que a lei atual autorizava a que os contratos de concessão, pudessem ter o limite de trinta anos; uma outra, ainda, a entrega do serviço às Águas do Norte à semelhança do que aconteceu com o saneamento e, por fim, a abertura de um novo concurso, público para consulta do mercado, para possível gestão deste serviço. Continuou a sua intervenção referindo que, naquela entrevista, o Presidente da Câmara, quando confrontado com a questão do investimento em redes de água, falou que o investimento seria assumido, com a entrega da concessão deste serviço e citou algumas frases proferidas pelo Presidente da Câmara, na referida entrevista, e quis saber se o executivo, sobre esta matéria, já tinha tomado uma decisão. Finalizou a sua intervenção dizendo, em resposta a Palmira Dias, que nunca esteve contra o encerramento da Via Circular tendo em conta os riscos que apresentava na circulação dos veículos e, lembrou que era uma responsabilidade do Instituto das Estradas de Portugal e, não propriamente do Município, realçou apenas a demora no início das obras.-----

-----Usou da palavra, **Rui Manuel Carvalho Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”**, para colocar quatro questões ao Presidente da Câmara. A primeira relativamente ao Parque Municipal Desportos para saber quais as obras que faltavam fazer e que segundo apurou a iluminação ainda estava provisória e as torres a serem alimentadas por um gerador e, face ao enorme investimento pediu um esclarecimento sobre o assunto; a segunda questão relativa à estrada de Antime Silves, nomeadamente, sobre o sinal recentemente colocado que não está dentro da lei, pelo que os veículos pesados, contrariando o próprio sinal, continuam a transitar na via, pelo que quer saber o que está previsto para aquele local; Terceira questão colocada foi relativa à Pista Downhill, de Armil, lembrando que já foi falada numa Assembleia Municipal e que, nessa altura, o Presidente da Câmara disse que concordava que era um bom investimento e que ia fazer alguma coisa nesse sentido, no entanto, referiu que lhe parece que, tal investimento, não constava no orçamento participativo de 2019, pelo que gostaria de ser esclarecido se existe alguma decisão sobre este assunto;



cy *[Handwritten signature]*

por último quis saber sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, assunto também já falado na Assembleia Municipal e, que estaria pronto dentro de pouco tempo mas que, até agora, nada foi apresentado.-----

-----De seguida usou da palavra, **Filipa Sofia Guedes Faria, eleita pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”** para congratular-se por a proposta do Grupo Parlamentar do Grupo de Cidadãos, “Fafe Sempre”, Voto de Louvor para a Banda de Música de Golães, ir de encontro à proposta, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, precisamente por ter ganho o Quinto Concurso de Bandas de Braga.-----

-----Foi dada a palavra a **Duarte Teixeira Rocha, eleito pela lista “Unidos a Fafe – PSD/CDS-PP**, que começou a sua intervenção dizendo que, no mês de setembro, quando o Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados esteve em Fafe, o Presidente da Câmara referiu que estava praticamente resolvida a saída dos serviços da Conservatória do Registo Civil, do edifício do Tribunal, para serem realizadas obras de requalificação, para o normal funcionamento do Juiz do Tribunal de Famílias de Menores de Fafe. No entanto, referiu que passaram meses e que estava tudo igual e que pretendia que o Presidente da Câmara lhe desse uma data concreta para resolução definitiva desse problema. Quis saber, também, se houve algum desenvolvimento quanto à proposta apresentada na última Assembleia Municipal, na qual, o Grupo Parlamentar do PSD, recomendou ao executivo que procedesse à elaboração de um documento para ser apreciado e aprovado em Assembleia Municipal, com o objetivo de definir critérios a adotar pela Câmara e pela Assembleia Municipal no que concerne à atribuição do interesse público Municipal, para o concelho de Fafe.-----

-----De seguida usou da palavra **Maria Mercedes Mendez Y Pardo, eleita pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”**, que iniciou a sua intervenção expressando surpresa e tristeza por estar previsto no orçamento apenas 10.000,00 euros para extensão das redes de águas pluviais em baixa e, 25.000,00 euros para prolongamento ou substituição das redes de distribuição de água de consumo. Esclareceu que, em relação à extensão das redes de águas pluviais em baixa, como Médica de Saúde Pública se preocupa com a despoluição dos rios, de forma a serem utilizados pela população. Criticou a Câmara por nada fazer nesta área e, ainda, por não interditar as Zonas de Recreio e Lazer a banhos, dado que serem áreas não aptas para tal, pondo em risco a



9

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

saúde da população. Quanto ao não prolongamento ou substituição das redes de distribuição de água de consumo esclareceu que, na sua opinião, a não realização da obra coloca em risco a população e a sua saúde. Colocou, ainda, outro tema preocupante para si, relativamente às acessibilidades e à falta de cumprimento da legislação em vigor. Alertou que as obras realizadas pela Câmara não cumprem a Lei elencando algumas situações, nomeadamente, as passadeiras, os passeios e os estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada. Pediu ao Presidente da Câmara uma fiscalização das obras existentes e a priorização das intervenções e, ainda, que as novas obras da Câmara cumpram com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, especificando algumas situações elencadas no referido normativo legal. Por último esclareceu, face à última intervenção do Presidente da Câmara, quais as suas funções como Médica de Saúde Pública que, na sua opinião, em nada colidem com as suas funções como Membro da Assembleia, antes pelo contrário, entende que reforça o seu papel na defesa da população. Terminou pedindo ao Presidente da Câmara que, no futuro, não condicionasse a sua liberdade como cidadã portuguesa e o exercício das suas funções políticas.-----

-----Não havendo mais intervenções passou-se, de seguida, à votação e aprovação, das propostas que chegaram à mesa:-----

-Proposta de Recomendação para atribuição de Medalha de Ouro de Mérito Concelhio à Academia de Música José Atalaya pelo contributo Cultural e Musical dado ao longo destes 20 anos. **Aprovada por unanimidade.**-----

-Voto de Pesar pelo Falecimento de Gérald Bloncourt. **Aprovado, por unanimidade.**-----

-Voto de Louvor a Academia de Música José Atalaya, pelo 20 anos de existência, demonstrando grande mérito cultural social. **Aprovado, por unanimidade.**-----

-Voto de Louvor aos músicos Luís Freitas da Cruz, aluno da Academia José Atalaya e José Pedro Pereira, da Banda de Revelhe, pelos resultados alcançados no Concurso Nacional de jovens Músicos. **Aprovada, por unanimidade.**-----

-Voto de Louvor à Sociedade Artística Fafense - Banda de Golães, pelos resultados alcançados no Concurso de Bandas de Braga. **Aprovado, por unanimidade.**-----



h
phuc
AS.

-Voto de Louvor à Seleção Portuguesa de Futsal de Síndrome de Down, ao atleta Fafense Luís Gonçalves e à CERCIFAF, por ter alcançado o título de Campeã Europeia.

Aprovado, por unanimidade.-----

-Voto de Louvor à Dr.^a Laurinda Leite pela sua nomeação de Vice-Reitora da Universidade do Minho. **Aprovado, por unanimidade.**-----

-Voto de Louvor às atletas Helena Nunes, Telma Pereira, Marta Teixeira e Carina Luís, do Nun'Alvares/IESFafe, pela conquista da medalha de ouro ao serviço da Seleção Nacional Feminino sub-19, nos jogos Olímpicos da Juventude. **Aprovado, por unanimidade.**-----

-Voto de Congratulação ao Teatro Vitrine que, nestes 20 anos de existência, muito tem contribuído para o prestígio e divulgação do teatro de qualidade que se faz em Fafe. **Aprovado, por unanimidade.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões que lhe foram colocadas: começou pela questão da Circular, esclarecendo que é um assunto do IP – Infraestruturas de Portugal que, na sua opinião esteve bem ao cumprir a sua missão de tomar medidas adequadas para que a segurança das pessoas que circulavam naquela estrada fosse mantida. Considerou que o processo não foi muito demorado face aos prazos de contratação pública, lembrando que a obra estava quase pronta.-----

-Relativamente à questão do abastecimento de água informou que não havia ainda decisão e que já houve uma proposta da Indágua, para prolongar a concessão, referiu que terá de se considerar as outras soluções e, que se aguarda a resposta das Águas do Norte mas que, brevemente, o Município terá que se reunir e todos, em conjunto, ver qual é a melhor solução para Fafe e que será escolhida aquela que melhor e mais económica ficar, para os cidadãos.-----

-Em relação ao Parque Municipal de Desportos, esclareceu que não está acabado, por se tratar de um grande projeto e, que não sabia do problema da iluminação, pelo que vai mandar verificar. Aproveitou para informar sobre a necessidade de obras na bancada, segurança do muro e outras pequenas intervenções que se tornam necessárias no Parque Municipal de Desportos.-----

-Quanto ao sinal de Antime Silveiras a proibir os veículos pesados, começou por dizer que se não é respeitado deveria ser, porque a ideia era não deixar passar.-----



67
A

- Relativamente à pista Downhill, informou que é um projeto que não terá de estar no Orçamento que, caso a Junta entenda avançar nessa proposta, estará recetivo a encontrar uma solução para construir porque também acha ser uma mais valia, não só para o Município, mas também para a freguesia. Esclareceu que haverá alguns problemas com uns terrenos que a pista atravessa mas, que é um assunto que a Junta de Freguesia, juntamente com a Câmara, irá avaliar.-----
- Sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, usou da palavra o Vereador, Pompeu Martins, esclarecendo que está concluído o diagnóstico, e que vai ser dado mais um período, curto para quem não participou na discussão, ainda, o puder fazer, para depois se passar à fase final com a apresentação do plano de ação.----
- Retomou, de novo, a palavra o Presidente da Câmara para dizer que a saída da Conservatória do Registo Civil do Tribunal é um problema do Ministério da Justiça e que houve diligências e contactos na libertação dos meios disponíveis do Ministério da Justiça e do proprietário. Disse, ainda, que estava a acompanhar o processo e que esperava a resolução do mesmo para bem de todos os fafenses.-----
- Quanto ao regulamento, para o Interesse Público Municipal, esclareceu que espera desenvolver algum trabalho nesse sentido para apresentar uma proposta que a Assembleia terá de considerar ou não.-----
- Quanto à intervenção da Dr.ª Mercedes começou por referir que, não conseguiu perceber tudo muito bem mas, de uma maneira geral, esclareceu que em relação às Zonas de Lazer a Câmara não tem nenhuma vontade de acabar com elas por entender que são úteis para a população. Referiu, ainda, que a Câmara tem de procurar dar-lhes as condições para que as pessoas possam desfrutar delas. Quanto à questão da rede de abastecimento de água em Fafe esclareceu que a cobertura da rede é mais de oitenta e seis por cento e que terá de crescer mais, acrescentou que existe a vontade de chegar aos cem por cento. Quanto à questão das acessibilidades garantiu que não foram criadas barreiras nenhuma e que foram mantidas e criadas novas acessibilidades, dando como exemplo, a intervenção efetuada na Praça 25 de Abril, justamente, para melhorar as questões das acessibilidades. Ainda sobre as acessibilidades, referiu que nas obras do edifício da Câmara foi colocado um elevador, que não existia, para os cidadãos portadores de deficiência e, por isso, considerou que algumas coisas têm sido



feitas. Disse, também, que Fafe mantém as suas parcerias que tinha antes e, que tem um grupo de trabalho multidisciplinar, na área de deficiência, que faz a assessoria e que trabalha assiduamente e se prenuncia quanto às obras e, informou que tem tido conhecimento de vários técnicos, dessa área, a dar os parabéns e a felicitar o Município, por isso disse estar satisfeito quanto a esse assunto. Por fim esclareceu, que sobre a questão da ética, o que estava em causa era ser a figura da autoridade de saúde e, na sua opinião, quando uma pessoa é investida num cargo de autoridade de saúde devia estar desposada da atividade política.-----

-----O Presidente da Mesa deu como terminado o Período Antes da Ordem do Dia e passou, de imediato, para o **Período da Ordem do Dia**.-----

-----**Ponto Dois, Ponto Um** - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal; **A Assembleia tomou conhecimento**.-----

-----**Ponto Dois, Ponto Dois** - Apreciação da informação da Câmara relativa aos Compromissos Plurianuais assumidos no 3.º trimestre de 2018 ; **A Assembleia tomou conhecimento**.-----

-----**Ponto Dois, Ponto Três** - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** que começou por dizer que, o documento em apreciação, era um documento importante para o exercício da atividade municipal onde estavam plasmadas as previsões do Município para o próximo ano 2019. Realçou que era um documento provisional, elaborado pelos serviços financeiros, com o rigor habitual e respeitando na integra as regras da construção do Orçamento. Referiu que, como já era público e do conhecimento da Assembleia, era um Orçamento de trinta e nove milhões e meio de euros, e que a Câmara estava a tentar fazer no próximo ano um investimento de cerca de quinze milhões e oitenta e sete mil euros, o que representava quarenta por cento da despesa total, para uma receita de capital de doze milhões e meio de euros, o que significava que a câmara estava a fazer uma transferência de mais de três milhões de euros de receita corrente, para despesa de capital e investimento. Continuou a explicação referindo que este Orçamento, à semelhança do ano anterior, era o resultado de um conjunto de opções e de decisões, que no mandato anterior foram tomadas de investimentos pesados que se



iriam fazer no Município, e que se estava já a fazer, referindo-se à recuperação das escolas, que estão a decorrer, à construção do nó de Arões, que já começou, a obra e a recuperação e requalificação, do Bairro da Cumieira, que está a aguardar o visto do Tribunal de Contas. Referiu, ainda, que este Orçamento tem uma forte componente de fundos comunitários, referindo a sua importância para as várias ações a levar a efeito no próximo ano, entre outras, realçou a recuperação de Mobilidade Urbana Sustentável em várias Urbanizações da cidade; melhoramento da circulação nos passeio e no Centro de Coordenador de Transportes. Realçou, ainda, as preocupações sociais, elencando alguns programas nesta área, desde o Programa de Bolsas de Estudo, para os Estudantes Universitários, o Apoio Social de Emergência, apoio aos Centros de Convívio de idosos, entre muitos outros programas e iniciativas na área social já conhecidos. Continuou a sua explanação do orçamento, agora na área da Educação, realçando a construção dos dois Centros Educativos, o da Secundária e do Carlos Teixeira; os Parques Infantis e a reclassificação das escolas que estão a precisar de uma manutenção mais profunda e na parte pedagógica, com um plano inovador integrado no programa do combate ao insucesso escolar. Na área empresarial, referiu a criação e desenvolvimento da área industrial de Regadas, a Zona Industrial de Arões, com o início da obra do Nó já está atrair para lá investimento. Relativamente aos campos de ténis e das piscinas, referiu ser uma obrigação, porque a Câmara vendeu os terrenos onde estão os atuais campos de ténis e que, por isso, teria de haver uma alternativa para as pessoas que gostam de praticar ténis. Terminou referindo que, sem prejuízo de esclarecer uma ou outra rubrica mais concreta, o Orçamento é a concretização de um conjunto de decisões que vêm do passado e que estão a concretizar-se. E referiu que, para além dos que já estavam em execução, existia um conjunto de projetos com rubrica aberta no Orçamento para iniciar o projeto e os meios de financiamento. Reforçou a ideia do investimento com a transferência de poupanças das receitas correntes para despesas de capital e algum reforço do quadro de pessoal a ser discutido mais, detalhadamente, à frente. E, por fim, deixou a nota do aproveitamento dos fundos comunitários com o programa 20/20 para o Norte, referindo que seguramente Fafe iria ter neste programa mais alguns apoios para criar as condições de modernização e desenvolvimento do concelho.-----



7
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

-----Pedi a palavra **Pedro Nuno Bastos Freitas, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”** para demonstrar o seu desagrado em relação ao Plano e Orçamento para 2019, por entender que a Câmara tem grandes dificuldades de colocar obra no terreno e ter execução. Argumentou que os projetos do Nó de Arões, Bairro da Cumieira ou a Zona Industrial de Regadas são projetos que o Presidente da Câmara anuncia há muitos anos mas que, até à data, não tiveram, propriamente, execução e que são obras que aparecem de novo no Plano e Orçamento para 2019. Disse esperar, finalmente, que se executassem. Relativamente ao Nó de Arões chamou a atenção do Presidente da Câmara para projetos semelhantes, que têm tido financiamento do governo e de programas Comunitários e que, por isso, seria necessário procurar fontes de financiamento que permitissem aliviar o esforço do Município no financiamento daquele projeto que, na sua opinião, deveria ser financiado pelo Governo e não pelo Município. Referiu, ainda, o investimento nas escolas que, naturalmente, apoiam. Mas, questionou a incapacidade do Município de fazer investimento sem recorrer a crédito bancário. Deu como exemplos as obras do Bairro da Cumieira, referindo que tem investimento de programas comunitários e, um crédito bancário aprovado; as escolas que tem apoio comunitário e também tem financiamentos aprovados e o nó de Arões, esse, integralmente, pago com base num empréstimo bancário. E, por isso, referiu que o Município não tem capacidade para realizar investimento sem recorrer a crédito bancário lembrando, ainda, que há poucas semanas foi à reunião de câmara um pedido para um financiamento e que na altura o Presidente da Câmara falou num projeto para uma nova piscina, no valor de quatro milhões de euros, e passados uns dias uma nova proposta, agora de um milhão e oito mil euros, para uma outra nova piscina e de dois milhões e dois mil euros, para a zona industrial de Regadas. Perguntou o que justificou uma mudança tão drástica da proposta, referindo que, talvez se devesse a falsos projetos ou, talvez, alguma leviandade na apresentação desses projetos. E, continuou a sua intervenção dizendo que não lhe parecia politicamente sério e honesto pedir para que lhe aprovem empréstimos sem que verdadeiramente, se conheçam os projetos, devidamente fundamentados pelo que considerou haver vários equívocos e, aparentemente, grande confusão porque, por um lado, os novos investimentos são efetuados com base em empréstimos bancários e, que este Orçamento contemplava,



h
B-

também, trezentos mil euros para a zona Industrial de Regadas e não tendo sido gasto nem um euro está a pedir-se mais dois milhões e dois mil euros e que, por outro lado, em duas semanas, a piscina passou de quatro milhões para um milhão e oito mil euros, pelo que considerou tudo isto uma grande confusão. Questionou o Presidente da Câmara se não seria mais sensato, uma vez que não tem maioria no executivo, começar por discutir com as oposições, os respetivos projetos porque esta, na sua opinião, seria uma atitude bem mais sensata. Continuou a sua intervenção para falar do investimento previsto para as Freguesias em 2019 e referiu que o Orçamento para 2019 não contemplava nenhuma rubrica e, que o Presidente da Câmara disse que daria dinheiro lá mais para a frente, pelo que questionou o porquê de não colocar no Orçamento o dinheiro para investimento nas Freguesias e, não deixou outras rubricas para serem reforçadas, lá mais para a frente. Disse, ainda, que gostaria também de ter o compromisso do Presidente da Câmara de que passará para 2019 os valores não executados, pelas juntas em 2018 porque entende ser mais do que justo que tal aconteça uma vez que os protocolos foram assinados no mês de maio e que era natural que as juntas não conseguissem executar tudo até ao final do ano. Referiu, sobre o assunto, que o Presidente não poderá proceder de outra forma, uma vez que a execução dos projetos da Câmara, como já referiu, com toda a máquina que tem ao seu dispor, se arrastam anos e anos a fio. Quis também registar que não havia praticamente qualquer investimento em saneamento, água, ou reclassificação das vias Municipais. Fez, ainda, uma avaliação do investimento no presente ano de 2018, reforçando a ideia de que para um investimento de maior dimensão a Câmara recorreu a financiamentos bancários e que pela execução orçamental se poderia verificar que, até há data, foram utilizados pela Câmara Municipal para subsídios a Associações sem fins lucrativos, três milhões e noventa e cinco mil euros, sendo que dois milhões e nove mil euros em transferências correntes, e mais de um milhão de euros, em transferências de capital, constatando que nunca, em Fafe, se gastou tanto dinheiro nestas rubricas. Desafiou o Presidente da Câmara a fazer uma Auditoria Interna e Independente, aos programas Sociais da Câmara Municipal por entender que, ao contrário do Governo do Partido Socialista que anunciou ter retirado, no ano transato, mais de cem mil portugueses do limiar da pobreza, em Fafe, a Câmara na sua gestão todos os anos acrescenta mais



pobreza, face ao aumento significativo de apoios sociais atribuídos apesar de, no próprio concelho, haver uma diminuição do desemprego e da melhoria das condições de vida da população. Referiu que todos gostam de ajudar as instituições da terra mas questionou se é sustentável, o Município de Fafe, atribuir quatro milhões de euros por ano em subsídios e chamou a atenção para a insustentabilidade de uma gestão Autárquica com estas características. Terminou a sua intervenção informando que o Grupo Parlamentar Fafe Sempre vai abster-se na votação por não quererem prejudicar os projetos que, neste momento, já estão em execução mas, não se reveem nem apoiam o caminho que está a ser seguido pelo executivo.-----

-----De seguida, usou da palavra, **Anabela Cunha Martins, eleita pela lista do Partido Socialista**, falando da diferença entre este Orçamento e o anterior. Começou por dizer que os projetos obrigam a trâmites processuais complicados e demorados que conduzem ao atraso da execução pelo que, na sua opinião, o próximo ano se diferenciara deste porque irão ver-se iniciados e concluídos alguns dos projetos constantes do documento em discussão. Reforçou a sua ideia de diferenciação entre os orçamentos, referindo que será dado início há parte prática dos investimentos, sendo a maior despesa na área da Educação com a conclusão da construção e requalificação da Escola Secundária e do Centro Educativo Professor Carlos Teixeira, sem esquecer a requalificação dos Pavilhões Desportivos das mesmas, bem como, as obras de beneficiação das diversas Escolas do Concelho e dos seus parques escolares que totalizam um valor de quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil euros. Na área da construção de infraestruturas do domínio público, referiu que há o acesso ao Nó de Arões, da Zona Industrial de Arões, Golães, no valor de um milhão e novecentos mil euros; a requalificação do Bairro da Cumieira, no valor quatro milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros; a requalificação urbana da cidade de Fafe, designadamente, da Rua Raul Brandão, no valor de setecentos mil euros; a requalificação do Pavilhão Multiusos, em quinhentos e dez mil euros, o impulso na instalação da zona industrial de Regadas, principalmente, na aquisição de terrenos, no valor de trezentos mil euros; a requalificação do Centro de Coordenador de Transportes, no valor trezentos e setenta mil euros e, por fim, o projeto de requalificação, do Largo do Cruzeiro e Rua de Bouças, na Freguesia de Travassós, no valor de duzentos e cinquenta mil euros. Referiu que, nas



G
B.

políticas de proximidade iria haver continuidade do apoio às coletividades e diversas associações, onde estava previsto em orçamento, um valor aproximado de dois milhões de euros, transferências de competências para as juntas de Freguesias, de dois milhões de euros. Referiu que em programas sociais de intervenção Municipal, estava previsto o valor de duzentos mil euros e, ainda, a devolução de dois por cento do IRS das famílias redução do IMI, tendo em conta o número de dependentes no caso de habitação permanente. Continuou a sua intervenção sobre a leitura do orçamento referindo que o Município prevê, em transferências correntes, em aquisições de bens e capital, gastar vinte e um milhões de euros, dos dezasseis milhões de euros, sendo que tal valor é obtido na rubrica de despesas publicas de capital oito mil euros serão através do programa 20/20; quinze milhões advém das transferências do estado e doze milhões advém de receitas próprias. Referiu que acreditava que os empréstimos bancários são uma forma de a curto prazo resolver situações e que seriam amortizados quando os fundos comunitários chegassem. Referiu, ainda, que o Plano e Orçamento para 2019 ajustava-se às necessidades mais imediatas dos Fafenses. Terminou a sua intervenção referindo que, na sua opinião, o Orçamento exequível, progressista e prático e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, felicitou o executivo pelo trabalho elaborado e desejou a continuidade do rigor, dedicação e empenho do melhoramento em prol do Concelho.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **Duarte Teixeira Rocha**, que começou por dizer que o Grupo Parlamentar do PSD iria abster-se na votação do Orçamento. Esclareceu que apesar de estarem diversas propostas apresentadas pelo PSD no Orçamento, designadamente, o aumento na incrementação do desenvolvimento da Zona Industrial de Regadas, a conclusão do Nó de Arões, a criação dos Campos de Ténis, o aumento da rede de saneamento básico, criação de dois novos polidesportivos, sendo um deles em Travassós, assim como a estrada de Bouças também nesta Freguesia e, ainda, a manutenção das políticas sociais, nomeadamente, no apoio aos jovens, e por fim o surgimento dos primeiros passos para a criação da incubadora de empresas, no entanto, não deixa de ter uma tónica negativa referindo que há um desinvestimento em infraestruturas nas Freguesias e que, em termos de transferências de capital, as instituições do concelho recebem mais que as próprias Juntas de Freguesia, dando



6
[Handwritten signature]

como exemplo que não constava no orçamento a estrada de acesso ao centro da Freguesia de Estorãos. Esclareceu que não é contra a atribuição de subsídios às instituições do nosso concelho, pelo contrário, considerava que havia muito mérito nas ações desenvolvidas pelas diversas coletividades que, na sua opinião, são de enaltecer e elogiar mas, entende que a atribuição de subsídios, por parte da Câmara Municipal, deveria ser devidamente regulamentada, com critérios e regras claras. Manifestou disponibilidade do seu grupo para colaborar na elaboração desse regulamento que defina regras e critérios nos subsídios a atribuir pelo Município.-----

-----Foi dada a palavra a **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito, pelo Partido Socialista**, que começou por dizer que este Orçamento era o Orçamento da Câmara Municipal e que admirava, percebia e acha, ainda, que era fundamental que a oposição se pronunciasse relativamente a todas as ações da Câmara. Porque isso, no seu entender, era praticar a Democracia e, eventualmente, possibilitava a inclusão de algumas propostas que surgisse dessa discussão, conforme já foi referido. Mas, lembrou que este era o Orçamento deste executivo e que era elaborado por quem tem essa obrigação e que é aquilo que foi o compromisso do executivo com os seus concidadãos. Continuou referindo que era natural a oposição manifestar a sua opinião e o seu desacordo mas, também, era natural que quem tem obrigação de fazer o Orçamento que o fizesse e que o apresentasse e que assim, na sua opinião, a Democracia funciona.-----

-----Pedi a palavra **José Manuel Ribeiro Cardoso**, para dizer que o CDS pensava nos interesses da terra e que este Orçamento tem uma grande virtude que é o equilíbrio financeiro e que tinha, também, a vertente social. Pelo que, na sua opinião, na Câmara há boas práticas e, como tal, referiu que o CDS iria votar a favor.-----

-----De seguida usou da palavra, **o Presidente da Câmara**, para responder às questões colocadas e fazer algumas correções e começou por esclarecer, em relação ao Nó de Arões, que não existe financiamento comunitário para estradas que houve um plano estratégico nacional de investimento para desenvolvimento da indústria e que foi o próprio governo que financiou. Reforçou que não se tratava de um financiamento comunitário. Sobre os empréstimos esclareceu que o executivo, até hoje, não contraiu qualquer empréstimo, e lembrou que os empréstimos são autorizados pela Assembleia



Municipal. Enunciou alguns empréstimos efetuados pelo executivo anterior: Um que foi a reconversão de um empréstimo de dois milhões e meio de euros para adquirir as casas da Urbanização José Saramago que foram depois vendidas e o produto da venda foi para amortizar esse empréstimo, conforme determina a lei e, na altura, o executivo entendeu propor à Assembleia, com a amortização muito antecipadamente desse empréstimo, autorização para contrair um novo empréstimo no valor de quinhentos mil euros para financiar quatro obras, a estrada de Regadas, Estrada de Antime São Clemente, Estrada de Passos e o Mercado Municipal. Esclareceu que, entretanto, o Mercado Municipal foi financiado por fundos comunitários e, como tal, não foi preciso utilizar o empréstimo que lhe estava destinado e, nas obras que foram efetuadas nas estradas não se gastou o dinheiro que estava previsto. Continuou a explicação referindo que dos dois milhões e meio de euros gastou-se, apenas, um milhão e trezentos mil euros, referindo que o resto do dinheiro ficou no banco. Continuou, ainda, a explicação sobre os empréstimos para referir que foi efetuado outro empréstimo de um milhão e meio de euros, que a Assembleia aprovou, para se pagar as dividas que existiam em relação à Cofafe, relacionados com os oitocentos mil euros da Biblioteca, e seiscentos mil euros dos terrenos da Escola Santa Cristina de Arões e numa medida de gestão que, na altura, todos entenderam que era uma medida de gestão racial, em vez de se pagar a dívida a pronto, fez-se um empréstimo para repartir em suaves prestações anuais, durante doze anos, e que não representou um grande esforço como seria se tivesse que se recorrer só ao Orçamento Municipal. Referiu, sobre o assunto, que se tratou praticamente de uma amortização da dívida, ou seja, foi converter uma dívida, noutra mais fácil de pagar. Continuou a explicação referindo os oitocentos mil euros para construir a Altice e um milhão de euros para o Nó de Arões, esclarecendo que não representava a totalidade mas, cinquenta por cento do investimento, sendo os outros cinquenta por cento suportados pelo Orçamento Municipal. Sobre o investimento de um milhão e meio de euros no projeto da Cumieira, esclareceu que se tratava de um projeto financiado e, como tal, não iria pesar, em nada, na capacidade de endividamento. Lembrou que todos os empréstimos, nomeadamente, para obras financiadas por fundos comunitários não pesam na dívida e não pesam nas finanças do Município. Quanto à questão da Piscina, informou que não se iria pronunciar porque,



na sua opinião, era “um não assunto”. Referiu que não chegou a ser discutido e que foi incluído na minuta e retirado, não foi apreciado e não foi discutido mas, que existe a vontade de fazer uma Piscina. Quanto ao investimento no saneamento disse que é da responsabilidade das Aguas do Norte. Em relação às transferências para as Freguesias esclareceu que é um compromisso seu e que não foi efetuado antes porque existiam regras de organização do orçamento restritas que têm de ser cumpridas e, que foi falado com todos os Presidentes de junta que, em fevereiro, na primeira revisão do Orçamento, se iria repor os valores do ano passado. Informou que foi criada uma Comissão com os Senhores Presidentes de Junta para refletir como é que a Câmara se vai relacionar com as Freguesias no futuro. Informou que, este ano, será no mesmo modelo do ano anterior. Quanto às transferências correntes para as coletividades informou que existe um regulamento, nomeadamente, para as coletividades desportivas que poderá ser aperfeiçoado e que estão disponíveis para uma reunião onde, em conjunto, poderão fazer a análise a esse regulamento. Esclareceu que a discussão estava na transferência de capital para investimento nas coletividades e associações. E, sobre o assunto, referiu que Câmara aprovou muitas vezes, por unanimidade, apoios às coletividades e que concordava porque, na sua opinião, a Câmara não tem que fazer tudo e que, por isso, pode ajudar as coletividades a fazerem obras, a requalificar os seus equipamentos e alargar a sua capacidade de resposta à comunidade civil.-----

-----**O Presidente da Mesa** passou, de imediato, à votação das seguintes propostas constantes do Plano e Orçamento para 2019:-----

1 - Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela assembleia municipal. **A Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

2 - Fixar, nos termos do n.º 2, alínea b), do art.º 106, da Lei n.º 5/2004, de 10 de janeiro a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2019. **A Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

3 - Fixar, nos termos do art.º 26, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do município no IRS a liquidar em 2020, sobre os rendimentos dos munícipes de 2019. **A Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

4.1 – Emitir, para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6º, e n.º 4, do artigo 16º, ambos da Lei n.º 8//2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, pela câmara municipal, nos seguintes casos:-----

a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no plano – PPI e/ou PAM, ou -----

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, ou-----

c) resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto n.º 2, do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. **A Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

4.2 - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais. **A Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

4.3 - Que delibere, ainda, que a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta. **A Assembleia, deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

-----Colocado a votação, na globalidade, o plano e orçamento para o ano 2019. **A Assembleia, deliberou, por maioria, com vinte abstenções, aprovar.**-----

Ponto dois ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa ao Mapa de Pessoal e respetivos anexos para 2019;-----

-----Foi a dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por esclarecer que a proposta apresentada foi efetuada com o contributo dos serviços da Autarquia, na identificação das necessidades da Câmara, em relação aos recursos humanos dado que,



há mais de dez anos que não se admitia de forma significativa pessoas, por um lado, porque não foi essa a opção política, por outro, porque a Troika condicionou e impediu a contratação durante muitos anos. Continuou, referindo que está a ser retomada da autonomia do poder Autárquico e que a Câmara tendo as contas equilibradas estava em condições para poder usufruir e utilizar a sua liberdade para decidir o que era melhor para si. Disse, ainda, que havia a necessidade de repensar o modelo de funcionamento da Autarquia, porque o modelo existente era o resultado dessa imposição da Troika e que era necessário organizar os serviços doutra maneira. Esclareceu que, não havendo maioria estavam a trabalhar no sentido de arranjar consenso e uma solução que permitisse reorganizar os serviços da autarquia. No entanto, referiu que com a reorganização ou sem reorganização existe uma carência enorme de pessoal, identificada pelos próprios serviços, no quadro de pessoal. Referiu, ainda, o problema das auxiliares que estão a reforçar, os cuidados nas escolas e que são contratadas pela Associação de Pais identificando esta situação como uma situação de trabalho precário, que este executivo devia ter a preocupação em resolver porque, na sua opinião, trata-se de pessoas que estão a fazer um serviço útil à Câmara, com uma despesa suportada por subsídios e que na realidade representava a necessidade de um posto de trabalho efetivo. Outro exemplo que, na sua opinião, a Câmara terá de criar condições para dar a possibilidade aos funcionários que criaram competências de progredirem na sua atividade. E, continuou a explicação referindo um conjunto de alterações que têm de estar plasmadas no quadro de pessoal para depois se poder avançar, ou não, conforme as decisões do executivo.-----

-----De seguida usou da palavra **Duarte Teixeira Rocha** que começou por dizer que, numa das suas intervenções, referiu que era urgente e indispensável solucionar o problema dos trabalhadores precários que desempenhavam funções nas escolas do nosso concelho, porque todos os anos eram contratados, através das Associações de Pais dos Agrupamentos das Escolas, diversos trabalhadores com contratos anuais, sem qualquer vínculo futuro, no entanto, a sua presença na escola era fundamental para o normal funcionamento do ano letivo. Referiu que esperava que fosse feita justiça e que neste mapa de pessoal fossem incluídas essas trabalhadoras e, assim, se regularizasse, definitivamente, cerca de 64 postos de trabalho. Porém, referiu que, não concordava



que o Município contratasse 126 novas pessoas, nos termos que vem referidos no quadro de pessoal e, por tal motivo, referiu que o Grupo Parlamentar do PSD iria abster-se na votação neste ponto. Esclareceu que, a sua viabilização de aprovação está condicionada à, posterior, apresentação pelo Senhor Presidente da Câmara nos moldes que entender convenientes e, desde que fique demonstrado que a contratação de qualquer trabalhador é necessária e essencial para haver uma melhor eficiência e eficácia dos serviços e, ainda, que não provoque qualquer desequilíbrio financeiro nas contas Municipais. Terminou a sua intervenção desejando a todos os presentes e às suas famílias Boas Festas e um Bom Ano.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **Rogério António de Sousa Gonçalves**, eleito pela Lista de Cidadãos, “Fafe Sempre”, referindo que no mapa de pessoal para 2019, o executivo propõe a contratação de 126 pessoas para novos postos de trabalho mas, no Orçamento, só estão previstos 25% deste incremento. Referiu que existem situações para criação de novos postos de trabalho com as quais o Grupo que representa concorda, nomeadamente, a admissão de trabalhadores operacionais para reforço de várias vagas, que ao longo dos anos ficaram desprovidas de recursos humanos pela saída para a reforma ou por motivos de doença, ou pelo limite de contratação, face às limitações impostas pelos sucessivos Orçamentos Governamentais. Também a progressão na carreira dos trabalhadores do Município que já desempenham atualmente funções técnicas e pela respetiva atualização da sua formação académica, no seu entender, podem por mobilidade ter oportunidade de progressão. Ainda a regularização das condições, por parte dos trabalhadores que prestam serviço nas escolas e por fim, postos de trabalho para áreas que recorrem regularmente a contratos de prestação de serviços mas, que na realidade exigem a necessidade permanente da presença de recursos humanos para a realização destas tarefas. E, por isso, referiu que estariam de acordo com esta situação. No entanto, considerando o impacto financeiro desta medida nos futuros Orçamentos Municipais e, ainda, perante a indisponibilidade do executivo de rever o documento, considerando que nem todas as áreas são prioritárias ou tem o mesmo nível de prioridade e, por tratar este assunto sem estar aprovada a proposta de reorganização de serviços, nem fechada a proposta do Governo da atribuição de novas competências aos Municípios, referiu que



concordariam com estes ajustamentos e estavam disponíveis para votar favoravelmente mas, relativamente aos 25 técnicos superiores nas áreas que vão desde a Arqueologia, Direito, História da Arte, Biologia, Geologia, não partilhavam da mesma opinião. Questionou se, porventura, estava prevista a integração nos Quadros do Município de vários trabalhadores que trabalhavam no Município mas, contratados em empresas externas que não tem qualquer relação com a Câmara a não ser servir de barriga de aluguer desde há três ou quatro anos. Continuou a sua intervenção referindo que a gestão dos recursos humanos é vital porque, em termos financeiros, são encargos que se tornam permanentes. Lembrou que o executivo tem recorrido de forma sistemática a contratação externa e referiu, ainda, que o aumento da despesa com pessoal que nos últimos três anos, de 2016 a 2019, foi de 1.346.670,00 euros. Comparou, a título de exemplo, a Câmara de Fafe que ficará com a totalidade de 625 trabalhadores enquanto que no Concelho vizinho, Guimarães, tem apenas mais 125 trabalhadores. Considerou que algo não estava certo atendendo à dimensão dos concelhos e não esquecendo, também, as novas competências que deverão passar para a esfera do Município. Terminou referindo que pelos motivos expostos o Grupo Parlamentar Fafe Sempre iria votar contra neste ponto.-----

-----Usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, para lembrar que a última revisão a sério do quadro de pessoal da Câmara foi há cerca de trinta anos e, que foram sempre efetuadas adaptações pontuais porque o rigor da lei assim o obrigava mas que, de facto, em profundidade nunca mais se alterou aquele documento. Referiu que, como já tinha sido mencionado, os tempos mudaram, as necessidades mudaram, as solicitações também mudaram e, portanto, era necessário e fundamental a Câmara responder em tempo e com eficácia à sua forma de atuar, de maneira a que seja dada uma resposta em tempo, eficaz e correta aos cidadãos do concelho. Referiu que esta era a sua perspetiva sobre o objetivo desta proposta que a Câmara agora trazia à Assembleia Municipal. Referiu, ainda, que a proposta tinha, naturalmente, “travões” e que um deles, desde logo, era a própria constituição do executivo que, conforme já tinha sido referido, qualquer contratação ou qualquer procedimento para ocupar um lugar do quadro tem de ser votado e decidido na Câmara, e se não houvesse acordo na maioria dos Senhores Vereadores, nada feito. Finalizou a sua intervenção referindo que



Miranda

se devia ter em atenção a todos aqueles que de forma precária prestam o serviço de forma direta ao Município e disse, não ter dúvidas, que este quadro daria resposta a todos eles e que ,por isso, sem sombra de dúvida, o Partido Socialista votaria a favor a proposta.-----

-----Não havendo mais intervenções foi a proposta colocada a votação e a **Assembleia, deliberou, por maioria, com catorze votos contra e nove abstenções, aprovar.**-----

2.5 - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara de autorização de assunção de compromissos futuros por reprogramação financeira e Revisão Orçamental. A Assembleia, deliberou,por unanimidade, aprovar.-----

2.6 – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara de celebração de contratos interno-administrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesias, no âmbito da ação social.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se de seguida à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----**Ponto três ponto um – Espaço de Intervenção aberto ao Público.**-----

-----Solicitou a palavra Fernando Miranda que teceu alguns comentários sobre as atividades municipais.-----

-----De seguida procedeu-se à leitura da ata, em minuta que, posta à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram uma hora e vinte minutos, do dia oito de dezembro de dois mil e dezoito.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

Joel Miranda
Francisco Gonçalves
Vera Soares

